

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 22924/2021

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de HORTIFRUTIGRANJEIROS, para atender as necessidades do CAPS I, CAPS AD, CAPS II e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

Caps I;

Caps AD;

Caps II;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via registro de Preços, com base na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço global nos termos da Lei nº. 8666/93;

2- DA AQUISIÇÃO

2.1. A tabela a seguir demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e seus respectivos quantitativos:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	HMDMDC	CAPS II	CAPS i	CAPS AD	QUANT.
1	464374	Abacaxi	Und.	180	65	32	32	309
2	463746	Abóbora Madura	Kg	2.500	260	130	130	3.020
3	463749	Abobrinha Italiana	Kg	550	65	32	32	679



4	463818	Acelga	kg	150	-	-	-	150
5	463819	Agrião	Kg	380	18	12	12	422
6	463795	Aipim/Mandioca	Kg	900	104	52	52	1.108
7	463830	Alface Americana	kg	380	-	-	-	380
8	463832	Alface Crespa	Kg	380	18	12	12	422
9	463833	Alface Lisa	Kg	550	78	40	40	708
10	463836	Alface Roxa	Kg	-	40	18	18	76
11	463938	Alho	Kg	200	195	130	130	655
12	466549	Ameixa Nacional	Kg	-	32	32	32	96
13	464377	Banana da Terra	kg	65	-	-	-	65
14	464380	Banana D'água	Kg	1.600	520	260	260	2.640
15	464381	Banana Prata	Kg	1.600	520	325	325	2.770
16	463760	Batata Baroa	Kg	200	65	32	32	329
17	463753	Batata Doce	Kg	450	78	65	65	658
18	463754	Batata Inglesa	Kg	4.500	520	260	260	5.540
19	463764	Berinjela	kg	100	-	-	-	100
20	463767	Beterraba	Kg	1.000	65	32	32	1.129
21	463837	Brócolis	Kg	380	65	32	32	509
22	464388	Caqui	Kg	100	65	40	40	245
23	463781	Cebola	Kg	1.300	260	130	130	1.820
24	463882	Cebolinha	Kg	80	40	18	18	156
25	463770	Cenoura	Kg	3.300	260	130	130	3.820
26	463821	Chicória	kg	250	-	-	-	250
27	463778	Chuchu	Kg	1.100	195	104	104	1.503
28	463831	Couve Flor	Kg	200	104	52	52	408
29	463822	Couve Manteiga	Kg	800	52	26	26	904
30	463824	Espinafre	kg	130	-	-	-	130
31	464392	Goiaba Vermelha	Kg	50	156	78	78	362
32	463898	Hortelã	Kg	10	6	6	6	28
33	463789	Inhame	Kg	550	170	90	90	900
34	464393	Laranja Pera	Kg	1.000	52	26	26	1.104
35	464396	Laranja Seleta	Kg	-	52	26	26	104
36	464398	Limão Branco / Taiti	Kg	120	15	15	15	165



37	258252	Maça Fuji	kg	600	-	-	-	600
38	258252	Maça Nacional	Kg	-	650	325	325	1.300
39	464405	Mamão Formosa	kg	600	-	-	-	600
40	464404	Mamão Papaia	Kg	1.300	260	130	130	1.820
41	464410	Manga Rosa	Kg	60	130	65	65	320
42	464418	Melancia	Kg	400	260	130	130	920
43	464422	Melão	Kg	350	195	98	98	741
44	467577	Ovo Branco	Dúzia	1.200	130	130	130	1.590
45	463796	Pepino	Kg	250	78	40	40	408
46	464425	Pera	Kg	250	325	195	195	965
47	463809	Pimentão Verde	Kg	150	40	18	18	226
48	463792	Quiabo	kg	90	-	-	-	90
49	463829	Repolho Roxo	Kg	-	40	26	26	92
50	463839	Repolho Verde	Kg	300	130	104	104	638
51	463826	Rúcula	kg	200	-	-	-	200
52	463930	Salsa	Kg	50	40	18	18	126
53	464436	Tangerina Ponkan	Kg	250	195	130	130	705
54	463806	Tomate (salada)	Kg	2.900	520	260	260	3.940
55	464438	Uva Itália	Kg	20	52	32	32	136
56	464439	Uva rosada	Kg	20	65	40	40	165
57	463814	Vagem Manteiga	Kg	1.000	156	78	78	1.312

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA COMPRA DO OBJETO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados. A presente proposição para aquisição de hortifrutigranjeiros justifica-se pela necessidade de reposição do estoque dos alimentos, visando o bom e regular funcionamento das Unidades e Dispositivos de Saúde.

3.2. A presente aquisição visa atender a demanda das Unidades de Saúde na oferta de uma alimentação saudável aos pacientes, servidores, colaboradores e usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Nova Friburgo e demais regiões assistidas por estas unidades.

3.3. A aquisição dos alimentos (hortifrutigranjeiros) possui a finalidade de assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades Requisitantes, contribuindo com a oferta de uma alimentação adequada e equilibrada para o desenvolvimento saudável de seus pacientes e demais usuários, garantindo segurança alimentar e nutricional aos assistidos, bem como adequadas condições de saúde.

3.4. Importante ressaltar que o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro encontra-se atualmente com o serviço de nutrição e alimentação hospitalar terceirizado, oriundo da contratação constante nos autos do processo licitatório nº 18136/2020, que se encontra com Ata de Registro de Preços vigente até 25/05/2022.

3.5. Nesta conformidade, registra-se, que o Hospital Maternidade somente requisitará os itens constantes no presente feito na ocasião do encerramento do serviço de fornecimento de alimentação, não ocasionando, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.

3.6. Tal medida visa garantir que a Unidade Hospitalar não fique desabastecida quando do encerramento da atual contratação, buscando contribuir de forma ininterrupta com a oferta de uma alimentação saudável às pacientes, acompanhantes, funcionários e demais assistidos.

3.7. Os quantitativos dos itens requisitados pela Gerência de Saúde Mental foram baseados no histórico de consumo das Unidades consoante ao Processo licitatório nº 8094/2021, último procedimento licitatório para a aquisição de hortifrutigranjeiros para o abastecimento das Unidades e Dispositivos de Saúde, conforme se comprova pelas planilhas anexadas aos autos às fls. 06/07, 10/11 e 14/15.

3.8. Cabe ressaltar que o quantitativo dos itens solicitados pelo Hospital Maternidade fora baseado de acordo com a requisição elaborada pela Unidade para suprir a demanda do ano de 2020. Frise-se, que conforme exposto pela nosocômio às fls. 16, o serviço de alimentação encontra-se terceirizado desde junho/2019, fato que inviabilizada a apresentação de série histórica de consumo.

3.9. O quantitativo requisitado atenderá a demanda das Unidades e Dispositivos pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do Artigo 24, inciso V da lei 8666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

5.1.1 Elemento de despesa: 33.90.30.15;

5.1.2. Fonte de recurso: 007;

5.1.3. Programa de Trabalho:

5.1.3.1. Hospital Maternidade de Nova Friburgo: 30001.1030200702.189;

5.1.3.2. Caps: 30001.10.302.0087.2.327;

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

6. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante com prazo não superior a 10 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, o qual indicará o respectivo quantitativo, marca e demais informações importantes a respeito do item a ser entregue naquela ocasião.

6.2. Importante ressaltar que a entrega do objeto será de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.

6.3. Os alimentos deverão ser entregue diretamente às Unidades Requisitantes de acordo com suas respectivas solicitações, nos endereços e horários arrolados abaixo:

Hospital Maternidade de Nova Friburgo - Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h:00min.

Caps II - Avenida Comte. Bittencourt, n.º 142, Centro, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h:00min.

Caps I – Alameda Marques de Maricá, nº 137, Parque São Clemente, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h:00min.

Caps AD – Rua Professor Frezze, nº 84, Vilage, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h:00min.

6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.2. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e demais seus anexos pertinentes;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as

indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la no cumprimento da obrigação;

10.1.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

10.1.8. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;

10.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
CAPS II		
SÂNDIA MELLO TOZATO	299.441	SUPERIOR IMEDIATO
LUCIANA RODRIGUES DE O. ÂNGELO	62.194	FISCAL TITULAR
MAYARA MIKIE ONÓ N. MARCONI	207.645	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS AD		
CLÁUDIA PIETROBON DE A. MAFRA	299.138	SUPERIOR IMEDIATO
ERICK DAUDT	211.5142	FISCAL TITULAR
BARBARA SALOTTO MARCHETTI	115.218	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS I		
ANA CAROLINA TEIXEIRA PINTO	207.068	SUPERIOR IMEDIATO
CAROLINA GIANFALDONI VIANA	211.5186	FISCAL TITULAR
ELDINÉ PEREIRA DA SILVA COSTA	62.455	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MATERNIDADE		
ADRIANE DE JESUS SCHENQUEL	299.287	SUPERIOR IMEDIATO
TANIA MARIA COSTA MOREIRA	207.698	FISCAL TITULAR
SILVIA VERLY SILVA	206.933	FISCAL SUBSTITUTO
GESTORES		

IGOR FARIA DE JESUS	063.036	GESTOR TITULAR
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	062.639	GESTORA SUBSTITUTA

13.3. Os fiscais da contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da obrigação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Unidade Requisitante, os quais se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.2. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento do procedimento, mesmo após o encerramento da cotação de preços.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa:

15.4.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.4.2.2. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.3. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.6. As sanções de advertência, sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.7. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Matrícula 062.639

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137